

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO PARÁ

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00	
DESPESAS EXECUTADAS	
(Últimos 12 Meses)	
LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	108.133.229
Pessoal Ativo	73.948.165
Pessoal Inativo e Pensionistas	34.185.064
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	16.360.179
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.013.311
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.808.791
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	13.538.077
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	91.773.050
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	91.773.050

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	13.336.643.000
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,6881
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,96%	128.031.773
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,91%	121.363.451
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,90%	120.029.787

FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável: Divisão de Finanças, data da emissão 22/jan/2014, hora da emissão 12h34.

Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Nota 2: A Despesa com Pessoal obedece Resolução nº 16.769/03 - TCE.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013
RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA
	(a)	(b)	(c) = (a-b)
FOLHA INATIVO/PENSIONISTA OUTROS PODERES	6.627	-	6.627
RECURSOS DO FUNTCE	172.510	-	172.510
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	179.137	-	179.137
RECEITA PATRIMONIAL - OUTROS PODERES	383.865	-	383.865
RECURSOS ORDINARIOS	9.914.455	720.220	9.194.235
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	10.298.320	720.220	9.578.100
TOTAL (III) = (I + II)	10.477.457	720.220	9.757.237